

REVISÃO SALARIAL

Semana é de pressão sobre tribunais para que enviem o projeto com mudanças e sem 'armadilhas'

Participar das mobilizações desta semana, em que os presidentes dos tribunais devem se reunir para definir o anteprojeto de lei, e defender a revisão salarial sem perda de direitos

Sem dúvida é uma semana em que as mobilizações podem cumprir um papel fundamental no desfecho da proposta de revisão salarial preparada pelo STF e demais tribunais superiores.

Em diversos estados do país a categoria aprovou realizar manifestações no dia 7 de outubro, quarta-feira – atos, assembléias e paralisações estão entre as atividades previstas.

Em muitos lugares, os servidores estão sendo chamados a também vestir tarjas pretas em sinal de protesto.

É para este dia que está marcada a reunião dos presidentes dos tribunais superiores, que deve bater o martelo sobre o anteprojeto de lei que trata da revisão do PCS dos servidores do Judiciário Federal.

Nada está garantido, nem mesmo o envio imediato da proposta ao Congresso Nacional.

A pressão, portanto, é fundamental para que as mudanças defendidas pela categoria sejam introduzidas na proposta e para que ela não só seja enviada ao Legislativo, como ganhe prioridade na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Enviar o projeto com as mudanças aprovadas pela categoria

Os sindicatos que integram o movimento **Luta Fenajufe** – que defende uma postura independente e



combativa da federação frente às administrações e ao governo – entendem que as propostas de mudança no projeto aprovadas na reunião ampliada da categoria, realizada em agosto, em Brasília, são determinantes para que a revisão salarial não venha acompanhada de perda de direitos e armadilhas contra o servidor.

Na semana passada, dirigentes destes sindicatos estiveram nas administrações dos tribunais em Brasília

para entregar um documento em defesa dessas mudanças.

As principais delas são que a revisão salarial se dê basicamente sobre o vencimento básico e a GAJ, que sejam incorporados ao vencimento básico os valores referentes ao “prêmio” e à nova gratificação relacionados à gestão e produtividade e que sejam dados garantias de que não haverá discriminação sobre os aposentados, os agentes de segurança ou quaisquer outros segmentos da categoria.

As mudanças, o envio e a aprovação do projeto no Congresso, porém, são etapas de uma luta que só será vitoriosa com a participação e a mobilização da categoria.

Daí a importância de comparecer às manifestações, atos e paralisações desta semana para defender o envio do projeto de lei com as mudanças que garantem a revisão salarial sem perda de direitos.

Fenajufe precisa convocar nova reunião ampliada deliberativa para encaminhar mobilização

Sindicatos que integram o movimento **Luta Fenajufe** e servidores em diversos estados do país defendem a convocação, para logo depois do encontro entre os presidentes dos tribunais, de uma nova reunião ampliada da direção da federação.

O objetivo é avaliar o andamento

da campanha pela revisão salarial, as deliberações dos tribunais e apontar os próximos passos dessa luta.

Tudo isso, avaliam estes sindicatos, só pode ser feito em uma nova reunião ampliada e deliberativa. A data que está sendo indicada para a reunião é dia 10 de outubro, sábado.

Sindicatos defendem em Brasília revisão salarial já sem perda de direitos

Dirigentes de sindicatos que participam do movimento Luta Fenajufe foram aos tribunais superiores e defenderam que o anteprojeto seja enviado ao Congresso com as alterações aprovadas pela categoria para evitar a perda de direitos

Representantes sindicais dos servidores do Judiciário Federal defenderam, durante visitas a presidentes, diretores-gerais e secretários de tribunais e conselhos superiores, que o anteprojeto de lei que trata da revisão salarial seja remetido ao Congresso Nacional com as mudanças propostas pela categoria.

A iniciativa de dirigentes da federação e de sindicatos que integram o movimento **Luta Fenajufe** levou às administrações e presidências do STF, STJ, TST, TSE, STM, CJF e CSJT reivindicações como a valorização do vencimento básico, com incorporação ao salário e à GAJ dos valores referentes à nova gratificação ligada à gestão (GPT) e ao prêmio por produtividade.

Também foram defendidas a paridade e isonomia entre aposentados e todos os servidores da ativa, a inclusão dos agentes de segurança no conjunto da proposta e a não introdução no Judiciário de gratificações vinculadas a avaliações, sempre subjetivas, de produtividade.

Resultado reforça necessidade de mobilização

Os dirigentes sindicais também tiveram um rápido contato com o ministro Gilmar Mendes, presidente do STF, no qual o assunto foi mencionado. “Cumprimos a deliberação da categoria, aprovada na reunião [ampliada] anterior [de agosto], de tentar alterar os pontos do projeto que atacam os direitos dos trabalhadores”, disse Saulo Arcangeli, diretor da Fenajufe e do sindicato do Maranhão (Sintrajufe-MA). “Conseguimos visitar todos os tribunais e colocar o que a categoria quer”, afirmou.

Na avaliação de Cláudio Klein, diretor da federação, o resultado das visitas foi positivo e reforça a necessidade de a categoria se mobilizar para que o projeto seja enviado com as

As reuniões em Brasília ocorreram na semana de 28 de setembro a 2 de outubro. Documento com tais reivindicações, assinado por sete sindicatos estaduais, foi entregue às administrações e presidências, assim como estudos que mostram serem viáveis as modificações propostas para o anteprojeto. “Alguns se comprometeram a levar as preocupações para a reunião dos presidentes [de tribunais superiores]”, disse Antonio Melquíades, o Melqui, diretor da federação nacional (Fenajufe) e do sindicato de São Paulo (Sintrajud).

Segundo ele, o diretor-geral do Supremo Tribunal Federal, Alcides Diniz da Silva, o presidente do Superior Tribunal Militar, Carlos Alberto Soares, e o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Milton de Moura França, prometeram “pautar” o assunto na reunião dos presidentes, marcada para acontecer no dia 7 de outubro, quarta-feira, que tratará do anteprojeto de revisão salarial. “Para eles falarem que vão pautar é porque não estava pautado”, concluiu Melqui.

mudanças ao Congresso Nacional. “As administrações dos tribunais precisam saber que vai haver mobilizações e greve”, disse.

A comitiva que esteve em Brasília foi formada pelos servidores Cláudio Klein e Antonio Melquíades (SP/Sintrajud e Fenajufe), Paulo Falcão (Alagoas/Sindjus-AL e Fenajufe), Saulo Arcangeli (Maranhão/Sintrajufe e Fenajufe), Lúcia Bernardes (Minas Gerais e Fenajufe) e Mario Alves, Fernando Neves e Sebastião Silva (todos do Sitraemg, de MG).

O documento entregue aos tribunais foi assinado pelos seguintes sindicatos: Sintrajud/SP; Sitraemg; Sindjus/AL; Sintrajufe/MA; Sindjufe/MS; Sintrajufe/PI; Sindjufe/MT; Sinjutra/PR.

Nenhum setor da categoria pode ser excluído, disseram servidores a tribunais

A defesa da inclusão integral dos agentes de segurança e dos aposentados na proposta foram ressaltadas em todas as reuniões em Brasília. Os agentes, por estarem excluídos da GPT, ficariam, pelo projeto dos tribunais, com reajuste bem inferior aos demais servidores.

Os aposentados correm o risco de ficar de fora do “prêmio” por produtividade previsto no artigo 6º da proposta e ainda podem ser prejudicados pelo item que diz que, embora estejam incluídos no projeto, devem ser ressaltadas as determinações (excludentes) da legislação previdenciária.

Há preocupação também com relação a uma futura exclusão, total ou parcial, no caso da GPT, ligada à gestão do trabalho.

Na avaliação de servidores que estiveram na reunião, os representantes dos tribunais demonstraram certa preocupação com a situação dos agentes, mas disseram que eles não podem receber “duas gratificações”, a GPT e a GAS. Admitiram buscar possível alternativa, porém não indicaram qual e nem garantiram nada nesse sentido.

Quase todos os tribunais, porém, foram enfáticos em defender o artigo 6º, da produtividade. A pretensão de discriminar os aposentados ficou nítida quando direções de tribunais argumentaram que um reajuste maior no vencimento básico poderia “inflar” muito a folha de pagamento dos inativos.